

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Refere-se à importância e necessidade de uma justa distribuição dos *royalties* do petróleo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra reconhecimento aos meios de comunicação, pela cobertura que deram à primeira etapa de estudo da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas nesta Casa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz um balanço do fórum parlamentar realizado ontem em Camboriú, sobre cirurgias eletivas.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra agradecimentos ao governo estadual.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a necessidade de agilidade na disponibilização do estoque de milho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Bom-dia sr. presidente, em seu nome cumprimento os demais deputados e deputadas desta Casa.

Nesta manhã gostaria de ressaltar, como municipalista que sou sempre na defesa dos interesses das nossas cidades, a importância e a necessidade de uma justa distribuição dos *royalties* do petróleo.

Li recentemente nos jornais de circulação nacional que o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia, está interessado em assumir o compromisso de colocar em votação, até julho, a proposta do projeto de lei de distribuição dos *royalties* de petróleo, depois que a pauta da Câmara for liberada.

Esse é um assunto que já fez parte da pauta da marcha dos prefeitos em Brasília e que foi discutido de maneira muito forte durante aquela marcha, ou seja, a importância e a necessidade de termos uma nova lei na distribuição dos *royalties* do petróleo.

É preciso, neste país, que a maré dos recursos suba também para todos os estados e municípios. O nosso Brasil é um país maravilhoso, mas na distribuição dos recursos ainda é um império. A União comanda todo o sistema arrecadador e distribuiu conforme a sua vontade, penalizando as pessoas que moram nos municípios e penalizando os estados brasileiros, todos endividados. E na hora da movimentação política para construir um novo

pacto federativo, nunca se encontra respaldo nos agentes federais para construir uma nova forma de distribuição de recursos neste país. E aí há problemas em diversas áreas. A qualidade de vida da população poderia ser outra muito melhor, se fosse levada em consideração a importância dos nossos municípios e dos nossos estados na distribuição dos recursos dos impostos.

Agora, estão na pauta do país os *royalties* do petróleo, motivados pela descoberta do pré-sal, e mais uma vez os municípios e os estados brasileiros, na sua grande maioria, são ignorados. É um volume muito grande de recursos que estão indo para poucas cidades e para poucos estados. Santa Catarina é discriminada como estado, assim como também os seus municípios. Somente este ano nós deixamos de receber próximo a R\$ 60 milhões de *royalties* que foram para outros estados e para outros municípios.

O pré-sal não é de ninguém, porque está na Constituição Federal, no seu art. 20 que é muito claro, ao se referir aos recursos naturais, que as riquezas da plataforma continental e da zona econômica exclusiva são bens exclusivos da União. É de todos nós.

Não é justo que essas descobertas beneficiem poucos estados, poucos municípios, pois é a chance que temos de construir um desenvolvimento igual, do norte, do nordeste ao sul, de beneficiarmos toda a população brasileira. E aí passa pelos municípios, aí passa pelos estados.

É preciso convencer a Câmara Federal e o Senado da importância de se construir uma nova lei dos *royalties*, uma nova forma de distribuir esses recursos. São alguns bilhões de reais que estão em jogo; é a qualidade de vida da população catarinense, da população brasileira, que está em jogo.

Essa é uma bandeira que vale a pena ser erguida por este Parlamento, pela nossa sociedade, pois Santa Catarina tem perdido recursos mês a mês, ano a ano, de *royalties* que não são recebidos, que não são repassados para o nosso estado, para os nossos municípios.

Ao chegar em 2020, nos próximos anos, a quantia de *royalties* produzidos no país chegará a R\$ 53 bilhões. Dinheiro este que pode ficar concentrado em dois ou três estados e mais meia dúzia de cidades, inclusive gerando problemas na distribuição e na aplicação desses recursos.

É hora de se pensar em todos, pois afinal este é ou não é um país de todos, ou só é no *marketing*, na propaganda? Ou é de fato na hora de distribuir os recursos, de fazer o dinheiro chegar no município mais longínquo, do Acre até os municípios catarinense, ou vamos deixar todos concentrados apenas em alguns estados que não são produtores de petróleo, apenas são confrontantes e por isso são beneficiados, são abençoados por uma gama de recursos que tornam suas administrações diferenciadas das demais, sem que seja necessário um projeto de gestão capaz de transformar a vida da pessoas para melhor?

O Brasil tem uma grande oportunidade de fazer um pouco mais de justiça social e fiscal. Nós precisamos, sim, prestar o nosso apoio à Confederação Nacional dos Municípios e à nossa Federação Catarinense de Municípios - Fecam - nessa bandeira que é justa e que vale a pena para trazermos mais recursos para as nossas cidades e para a nossa gente.

Por isso, sr. presidente, é preciso que essa Casa se posicione com relação aos *royalties* do petróleo, porque eles são de todos nós. O petróleo pertence à União e a todos os brasileiros. Não é justo que apenas poucos estados e poucos municípios sejam beneficiados, enquanto em muitos estados a pobreza, as questões sociais, têm deixado a desejar na qualidade de vida de muitos brasileiros e até de muitos catarinenses.

Eu quero aqui convocar todos os srs. deputados para nos irmanarmos nessa luta, na defesa dos interesses catarinenses, defender uma justa distribuição dos *royalties* do petróleo e do pré-sal e também defender os interesses de Santa Catarina e dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, iniciando os trabalhos desta semana, fico satisfeito com a repercussão que a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas obteve nas diversas manchetes de jornais, hoje, em relação ao nosso trabalho e ao levantamento feito sobre a questão álcool e volante nas estradas de Santa Catarina. Foram os seguintes: *Diário Catarinense*, *Jornal A Notícia*, *Jornal de Santa Catarina*, *Folha de Blumenau* e tantos outros.

Segundo me informou a Acaert, ontem, foram 98 emissoras de rádio com a entrevista que demos declinando esses dados para o estado de Santa Catarina. E é importante que a imprensa esteja conosco, nessa batalha, quando comparamos os números no Brasil, bem conhecidos de todos nós: 40 mil mortes no trânsito, nas estradas brasileiras, todos os anos; são 162 óbitos por dia, 800 mil feridos. Lembrando que pelo menos 50% disso é decorrente dessa perversa combinação álcool/volante.

Na verdade, o que apresentamos à imprensa catarinense foi um estudo preliminar dos dados que conseguimos coletar, mas há ainda um grande espaço para que possamos avançar nesse debate com a sociedade catarinense.

De fato queremos saber, cada vez mais, se esses dados refletem a realidade catarinense, quando declinávamos aqui de 44.734 infrações por alcoolemia, em perímetro urbano; são mais precisamente 4.276 infrações decorrentes do consumo do álcool e entorpecentes nas rodovias estaduais.

Ainda não nos chegaram os resultados do requerimento aprovado nesta Casa em relação à Polícia Rodoviária Federal, BR-101, 470, 153, 116, deputado Antônio Aguiar. Certamente esses números

irão se expandir ainda mais. Mas nós, com os dados já coletados, temos algumas preocupações.

Numa matemática rápida, pegando o exemplo de Blumenau que foi no *ranking* a que teve mais infrações, 3.136 nos últimos cinco anos, perguntamos: será que nos últimos cinco anos apenas dois motoristas associaram álcool/direção por dia na cidade de Blumenau? É claro que não! Então, o que está faltando é fiscalização.

Qual é a percepção da sociedade sobre o tema? A população está acreditando no rigor da fiscalização? Não beber e dirigir estão associados à conscientização, à certeza e ao temor de que existe fiscalização ou não?

Nós queremos avançar nesse trabalho da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, com outras respostas. Por exemplo: quantos e onde estão os bafômetros nos municípios catarinenses? Quantos acidentes foram causados por motoristas alcoolizados?

O que temos são infrações e suspensão de carteira de motorista. Mais do que isso, queremos levantar, junto ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público, quantos motoristas bêbados foram criminalmente processados, em Santa Catarina, nesses últimos cinco anos.

Nós precisamos ter respondida também a questão do porquê dessa lacuna: se 49 mil catarinenses foram pegos no bafômetro, por que apenas 13 mil tiveram abertos processos para a cassação da carteira nacional de habilitação? É uma brecha na legislação ou uma omissão das autoridades? Enfim, não só quantas carteiras foram suspensas, e aí os números nos apontam 30%, mas também, como disse, quantos acidentes decorrem do uso ou do abuso do álcool nas estradas catarinenses?

Nós vamos avançar, certamente, com esses números buscando esclarecer à sociedade catarinense, conscientizar esses catarinenses e alertar para o perigo, como disse, dessa trágica e perversa combinação álcool e volante.

Faço aqui, sr. presidente, o meu reconhecimento e a minha gratidão aos meios de comunicação, pela cobertura que deram a essa

primeira etapa de estudo da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas nesta Casa.

Sr. presidente, srs. deputados, com muita satisfação estaremos, no dia de hoje, às 19h, no espaço cultural desta Casa, para o lançamento pela Editora Manole, do livro *Turismo e Lazer para a Pessoa Idosa*, resultante de pesquisas realizadas por estudantes da Univali, principalmente o trabalho de dissertação da catarinense Edna de Liz, do Programa de Mestrado e Doutorado de Turismo e Hotelaria da Univali, sob a orientação da catarinense Dra. Doris Ruschmann, que implantou o mestrado atualmente com nota máxima no Capes, único no país com essa variação.

Sabemos que Santa Catarina tem sido palco no cenário nacional e internacional na produção dessa temática até pelo nosso espaço físico, com a beleza que temos em São Miguel D'Oeste, na nossa capital, em Passos de Torres, na divisa com Rio Grande do Sul, na divisa com Paraná, em Garuva, enfim, com as serras, o litoral, as praias, os hotéis fazenda. O espaço turístico em Santa Catarina é formidável!

A Dra. Ruschmann que realizou este Plano de Desenvolvimento Integrado para o Lazer Catarinense, com base na Lei Estadual n. 13.792, de 18 de julho de 2006, estabelece, sim, as políticas, as diretrizes e os programas para a cultura, o turismo e o esporte de forma integrada. E esse plano de desenvolvimento levou Santa Catarina a ser reconhecida em 2006 pelo governo federal como primeiro estado brasileiro a criar um plano de desenvolvimento para o turismo, a cultura e o esporte, sendo considerado um estado modelo em políticas públicas de turismo, cultura e esporte.

Portanto, a Ruschmann Consultores já realizou projetos, inclusive para o ministério de Turismo e Meio Ambiente. Agora se debruça sobre essa nova temática muito importante e necessária: o nicho de mercado turismo e lazer para a pessoa idosa.

O país está cada vez mais envelhecendo. A perspectiva é de que cheguemos a 2020 com a idade média de vida de 81 anos, e essa produção que é lançada hoje nesta Casa, publicada também com o

apoio da Anptur, Associação Nacional de Profissionais de Turismo, sobre a pessoa idosa e seu lazer, já teve também um espaço bastante de destaque em Portugal, através da Faculdade de Aveiro, onde essa produção acabou se expandindo para toda a comunidade europeia.

Portanto, a obra que a Editora Manole lança hoje trata de assuntos ligados ao turismo, direito, educação, economia, comportamento de consumo, gastronomia, motivações turísticas, religiosas, praia, acessibilidade, hospitalidade, planejamento urbano, abordagens metodológicas, com base em textos produzidos por pesquisadores da Univali, da Unicamp e da Universidade de São Paulo. Tendo aí a nossa amiga Edna de Liz como uma das coordenadoras, a partir da sua dissertação de mestrado e doutorado em turismo e hotelaria da Univali, com a orientação da dra. Doris Ruschmann.

Nossos parabéns a esses escritores catarinenses, e vamos prestigiar hoje a partir das 19h, no espaço cultural da Assembleia Legislativa, o lançamento dessa obra que enriquece ainda mais a temática do nicho de mercado, turismo e lazer para a pessoa idosa no estado catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos assistem, primeiramente gostaria de dar os parabéns ao deputado Serafim Venzon que completa 59 anos de idade.

Gostaria de falar hoje sobre um fórum parlamentar que realizamos ontem em Camboriú, onde discutimos sobre cirurgias eletivas. O pessoal tem falado muito que não existe um número certo de cirurgias eletivas. Mas vou colocar os números

para a comunidade catarinense. Existem metas, cirurgias em andamento e cirurgias realizadas.

Na macrorregião do extremo oeste a meta é fazer 4.143 cirurgias; temos 1.192 cirurgias em andamento e 2.067 cirurgias realizadas. Na foz do Itajaí a meta é fazer 3.220 cirurgias, com 1.192 cirurgias em andamento e 1.804 cirurgias realizadas. Em Florianópolis, a meta é fazer 5.087 cirurgias, com 580 cirurgias em andamento e 2.051 cirurgias realizadas. No meio oeste, a meta é fazer 1.804 cirurgias, com 570 cirurgias em andamento e 1.074 cirurgias realizadas. No nordeste, a meta é fazer 3.673 cirurgias, com 843 cirurgias em andamento e 985 cirurgias realizadas. No planalto norte, a meta é fazer 716 cirurgias, com 238 cirurgias em andamento e 331 cirurgias realizadas. No planalto serrano, a meta é fazer 1.139 cirurgias, com 102 cirurgias em andamento e 277 cirurgias realizadas. No sul do estado, a meta é fazer 5.036 cirurgias, com 1.363 cirurgias em andamento e 2.024 cirurgias realizadas. No vale do Itajaí, a meta é fazer 4.331 cirurgias, com 305 cirurgias em andamento e 1.461 cirurgias realizadas.

No total, foram realizadas já 12.074 cirurgias. A meta é fazer 29.149 cirurgias, e em andamento temos 6.385 cirurgias. Então, esses números já começam a dar consistência ao trabalho que a secretaria da Saúde, o governo Raimundo Colombo e Pinho Moreira, começam a mostrar na Saúde. Isso é importante porque começamos a ter consistência.

Ontem, estivemos com os deputados Volnei Morastoni, Dado Cherem e Serafim Venzon, na cidade de Camboriú, realizando o primeiro Fórum das Cirurgias Eletivas. Gostaria de deixar um abraço em nome da prefeita Luzia a todos os munícipes de Camboriú, município que se destaca na área da saúde, por ter realizado mais de 550 cirurgias.

É importante dizer que podemos, sim, realizar as cirurgias e tirar a nossa comunidade da angústia, daquele momento difícil. O que aconteceu em Camboriú? Aconteceu a união entre os médicos, o

setor público e a comunidade. E lá foram realizadas mais de 550 cirurgias.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - A minha saudação a v.exa.

Quero fazer Justiça, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico, e temos outros médicos no Parlamento catarinense, deputados atuantes, mas o senhor sempre foi um defensor da atenção prioritária da saúde em Santa Catarina.

V.Exa. sempre disse que precisaríamos fazer um mutirão, fazer um projeto para realizarmos as cirurgias eletivas.

O senhor deu a ideia para a comissão de Finanças carimbar o dinheiro do Revigorar anterior para a saúde. E arrecadamos mais de R\$ 200 milhões para a saúde. Foi o senhor que sugeriu ao dr. Dalmo Claro de Oliveira, secretário da Saúde, esse mutirão das cirurgias em Santa Catarina, portanto, o senhor tem autoridade para falar desse assunto. E o senhor tem razão. Porque o asfalto é importante, mas se esperar alguns meses a mais, não terá problema. E a doença não espera, ela mata. E nós, absurdamente, vergonhosamente, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é médico, foi prefeito, temos trabalhadores catarinenses, num estado de um IDH elevadíssimo, morrendo nas filas porque não conseguem fazer uma cirurgia, ou melhor, muitas vezes não conseguem fazer um exame, uma consulta especializada.

Então, temos que fazer uma *mea culpa* e queremos acreditar no governador Raimundo Colombo, no secretário Dalmo Claro de Oliveira, na presidente Dilma Rousseff.

Nós estamos em débito com a saúde dos trabalhadores de Santa Catarina.

Portanto, estou com o senhor e parableno-o pela ação e pelo pronunciamento chamando a atenção das nossas autoridades.

A saúde sempre em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Deputado, nós temos a certeza de que essa reunião, ontem, do

Fórum Parlamentar da Saúde trouxe para Santa Catarina um fato novo. O fato de que um município está resolvendo o problema das cirurgias eletivas. Temos que copiar esse município. O município está de exemplo para Santa Catarina.

O governo do estado está fazendo a sua parte, pagando uma cota extra aos médicos. Por quê? Porque o dinheiro que o SUS paga é vergonhoso, é aviltante ao médico, é aviltante aos municípios, aos hospitais. Precisamos que o governo federal mude, sim, essa tabela horrível do SUS, para que os nossos pacientes sejam operados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Antônio Aguiar, parabéns por esse movimento que v.exa. está desencadeando em Santa Catarina. Tem que haver uma discussão de toda a sociedade e o envolvimento do governo.

Não é possível que, muitas vezes, alguns parlamentares catarinenses viabilizem verbas para os hospitais filantrópicos, para hospitais que atendem pelo SUS e não podem repassar porque estão em débito com o imposto estadual ou municipal. Não dá para entender como o governo federal e o governo do estado cobrem imposto de entidades que atendem aos pacientes pelo SUS, que ficam limitados de receber algum recurso suplementar para poder saldar as contas, porque estão em débito.

Então, eu acho que a primeira coisa que deveríamos fazer é retirar qualquer tipo de imposto de hospitais que estão atendendo pelo SUS porque, afinal, se está atendendo pelo SUS, é parceiro do governo, e o governo paga imposto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de explicar à nossa comunidade o que é a cirurgia eletiva.

Cirurgia eletiva é aquela que não é de emergência, é aquela que pode ser feita com um preparo especial, aquela cirurgia na qual o doente tem hora marcada para internar e hora marcada para operar. Esse tipo de cirurgia é a chamada eletiva.

Temos a certeza, deputado Volnei Moratoni, de que a cirurgia eletiva é benéfica também para os pronto-atendimentos e os pronto-socorros de emergência. Por quê? Porque uma simples hérnia inguinal, quando operada de maneira eletiva, evita que ela seja uma hérnia encarcerada e que se torne uma emergência. A cirurgia eletiva feita de vesícula tem a mesma função, se nós operarmos da maneira eletiva e programada, pois não precisará tratar-se numa crise de emergência, o que acaba superlotando as emergências.

Por isso, além de fazer esse trabalho das cirurgias eletivas, temos a redução da quantidade de cirurgias de emergência realizadas no estado.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Quero parabenizar v.exa. que propôs e está presidindo esse Fórum Parlamentar de Cirurgias Eletivas, pela excelente reunião que tivemos ontem em Camboriú, modelo e exemplo de município, cujo hospital realizou mais de 500 cirurgias eletivas. E isso pode se multiplicar pelo estado.

V.Exa. acabou de dar exemplos de cirurgias eletivas, de patologias, de doenças, de situações que são considerados eletivas justamente porque não são casos de urgência e emergência, mas que poderão se tornar. Uma hérnia inguinal pode estrangular, tornar-se uma urgência/emergência e não será mais eletiva.

O que precisamos por essa definição e conceito de eletivas é de que essas situações possam ter um programa continuado e não apenas na forma de mutirão. Não é de tempo em tempo um mutirão e deixar acumular milhares e milhares de situações angustiantes como essa, precisamos, sim, ter um programa continuado. E a forma como a Assembleia Legislativa e o fórum estão se posicionando nesse debate, acredito estarem contribuindo para a sociedade catarinense junto ao governo do estado, para que tenhamos por parte da secretaria estadual uma programação continuada em parceria com o governo federal, pois o ministério da Saúde também

tem um programa de cirurgias eletivas. E temos que acoplar fortemente essa parceria com esse órgão e com a secretaria estadual da Saúde.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É importante essa observação, porque esse programa, deputado Volnei Morastoni, foi colocado por nós para que o secretário Dalmo Claro de Oliveira criasse o programa. É importante que tenhamos o programa, porque o mutirão foi uma ótima idéia, como, por exemplo, o das cataratas, com sete mil cirurgias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente fazer um agradecimento muito especial ao governador Raimundo Colombo, que tem sido benevolente com o estado de Santa Catarina inteiro, em nome da comunidade de Botuverá, do vale do rio Itajaí-Mirim e do rio Tijucas, pelos inúmeros investimentos que têm feito naquela região.

Na última sexta-feira, em Botuverá, foi inaugurado um centro social com mais de 1.200 m², com salas de qualificação profissional, de reunião, área para lazer e festas. E esse prédio estava anexo, próximo a outros equipamentos de atendimento social no município de Botuverá, de forma que vem a complementar um complexo que o referido município já tinha.

O governo de estado, com R\$ 1.170.000,000, fez uma obra muito importante para o município, que marca justamente os 50 anos de emancipação política da prefeitura, que antes era distrito pertencente a Brusque. Também marca os 100 anos da paróquia São José, em Botuverá.

Destaco que em Santa Catarina e Botuverá, Brusque, Guabiruba... Posso afirmar seguramente

que em todas as cidades de Santa Catarina as igrejas católica, luterana, evangélica, de vários credos, têm dado uma contribuição extraordinária para a formação, complementação, equilíbrio da família, da sociedade.

A paróquia de Botuverá completou 100 anos e recebeu este prédio com mais de 1.200m², que está anexo a outros equipamentos que servem para as atividades religiosas, para festa de comunhão, casamento, enfim, um conjunto de ações lembrando os 100 anos da paróquia São José, de Botuverá.

Há 30 anos, 40 anos, 50 anos, as comunidades religiosas eram as responsáveis pela saúde, pela educação, pois tinham apoio do governo. A educação estava muito vinculada à igreja, como também a questão dos hospitais. E de 200 hospitais são de padres, freiras, pastores de alguma igreja, os chamados hospitais filantrópicos. E são esses hospitais que o deputado Antônio Aguiar estava aqui colocando que precisam receber algum apoio.

A igreja católica de Botuverá, do ponto de vista religioso, deu uma contribuição social muito grande.

As meninas iam estudar nos colégios das irmãs para freira, e os meninos iam estudar para padres. Faziam o ensino da 1^a a 4^a série na escola isolada municipal e depois saíam. E muitos deles iam estudar no seminário.

Botuverá hoje é uma das cidades que têm mais padres de Santa Catarina, do ponto de vista proporcional. Talvez empate com Armazém, com algumas cidades do sul do estado, que também têm um grande número de padres.

A grande maioria não ficou padre. Mas ficou professor, médico, dentista, advogado.

Hoje existe deputado decorrente de ter passado pelo apoio que a igreja deu, na ocasião, encaminhando os meninos para o seminário, tendo eles então a oportunidade de estudar.

Por isso, esse agradecimento muito especial que fazemos ao governador.

É do conhecimento de todos que os europeus vieram para o Brasil no decênio de 1800, porque a

Europa estava varrida, estava encurralada entre a miséria, as doenças e a pobreza extrema.

O aumento da população era grande, a Europa cresceu no decênio de 1800 três vezes, cresceu 300%. E as terras eram improdutivas, eram fracas, não havia adubo, não havia implementos, não havia equipamentos para aumentar, para melhorar a produção de alimentos. E essas terras que eram poucas ainda eram divididas na hora da herança, ficando pequenas propriedades. E simplesmente era impossível a família sustentar-se com aquele pedaço terra que pela herança ia ficando pequena, que já era improdutiva, pela falta de estrutura como todos conhecem.

Naquele ambiente da Europa, aqui no Brasil havia a escravatura, sendo que o nosso país lutava para abolir gradativamente, e criou-se, então, o ambiente para que a nossa terra recebesse os europeus, e neste cenário o nosso país, a nossa região, recebeu muitos imigrantes.

E foi exatamente há 136 anos que os italianos chegaram à Nova Trento e em Porto Franco, formando Botuverá. Por coincidência, o meu bisavô, que tinha o nome de Santo Venzon, juntamente com os irmãos Ângelo e Bortulo, veio para o Brasil.

O Santo Venzon ficou em Botuverá, o Bortulo foi para a região de Criciúma, e o Ângelo saiu de Botuverá para outra região, enfim, espalharam o nome Venzon para muitas regiões do nosso estado, mas o mais importante, muito mais que o sobrenome Venzon, é que existem milhares de parentes e primos de diversas gerações, que não têm o sobrenome Venzon, mas que são parentes. Eles tem o mesmo DNA, porque as filhas perdem o nome na hora do casamento.

Por isso, estamos prestando essa homenagem a todos os imigrantes que vieram para o Brasil, para a nossa terra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Queremos anunciar a presença neste plenário dos alunos do quarto e quinto ano e da professora

Regina Delduque, da Escola Centro Educacional Municipal Giovania de Almeida, de Balneário Camboriú.

Sintam-se à vontade nesta Casa.

Obrigado pela presença de todos vocês.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, eu gostaria de trazer nesta tribuna um assunto que já foi diversas vezes debatido.

Estamos fazendo proposições que quero tornar públicas neste momento, porque são indicações que necessitarão da aprovação dos srs. deputados. Eu me refiro à crise que já se alonga há tempos, e é histórica, da suinocultura catarinense.

Nós temos, infelizmente, há anos, um processo de exclusão, e ainda temos resistindo em torno de 12 mil produtores de suínos no estado, que estão produzindo, mas que encontram graves dificuldades.

A condição para os insumos tem prejudicado muito a suinocultura, a elevação dos custos de produção também, prejuízos advindos da diferença do preço que é vendido com preço de custo dessa produção, prejuízos que variam de R\$ 30,00 a R\$ 70,00 por animal, inviabilizando assim a produção, conforme estudos das entidades ligadas ao setor.

Outra questão importante e fundamental, especialmente para o oeste de Santa Catarina, que é uma região produtora, é a questão dos estoques de milho, a dificuldade de se ter o milho disponível, deputado Reno Caramori. E isso tem sido uma preocupação muito grande.

Estou também apresentando a esta Assembleia Legislativa uma indicação encaminhada ao superintendente regional de Santa Catarina e ao presidente nacional da Conab, da Companhia Nacional de Abastecimento, pedindo agilidade na disponibilização do estoque de milho, ou seja, que o estoque de milho seja disponibilizado para a região oeste, conforme a demanda dos produtores.

Também, sr. presidente, estamos endereçando à Presidência da República e ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitação para que antecipe por meio de leilão público o Prêmio de Escoamento de Produto, PEP, para atendimento da demanda do milho no estado.

Esse prêmio para Escoamento de Produto, PEP, como é conhecido, possibilita à Conab, por meio do governo federal, oferecer um bônus em leilões públicos para os interessados em adquirir o produto pelo preço de referência diretamente do produtor ou da cooperativa.

O PEP, então, é um mecanismo que evita a formação de onerosos estoques e direciona o produto a regiões que teriam necessidade de importá-los, sustentando, por sua vez, os preços dos produtores.

Ainda acrescento aqui no requerimento que a demanda pelo insumo de milho, com a atual crise da suinocultura, suportaria um período maior com a efetivação do PEP, amenizando as dificuldades da cadeia de produção frente às despesas de insumo.

Então, o atendimento desse pleito reveste-se de altíssima prioridade. E por isso estamos solicitando ao ministro da Agricultura e à própria Presidência da República a antecipação, por meios de leilões públicos, do Prêmio para Escoamento de Produção, para atender à demanda de milho, que é uma preocupação.

Com relação à questão dos arquivamentos do armazenamento do milho, temos poucos locais para silagem e armazenamento. Então, estamos fazendo uma terceira proposição aqui, no sentido de que a região oeste, do meio-oeste, possa ter também um local para essa instalação. Hoje, existem poucos locais, mas em Joaçaba há um local. Mas que ele possa ser disponibilizado também no município de Concórdia, que é um dos grandes consumidores de milho, tendo em vista a presença de uma das maiores agroindústrias deste país. E que a superintendência regional da Conab possa providenciar estudos para a instalação de um silo para estocagem de milho naquele município.

Quero transmitir aqui também as preocupações do ex-secretário da Agricultura de Concórdia, vereador Antônio Colussi, que deixou a secretaria agora em função dos períodos de desincompatibilização eleitoral, mas que tem buscado subsídios para que possamos fazer essas proposições. Também as entidades ligadas ao setor estão preocupadas efetivamente em garantir o abastecimento de milho para a região.

Gostaríamos de deixar esse registro na expectativa de que esses encaminhamentos possam resultar em ações efetivas da Conab, do ministério da Agricultura e de todos os envolvidos, para que possamos garantir o fornecimento de milho para a região, que chegue esse produto, que esteja lá e que seja também mais uma forma de viabilizar a continuidade da produção de suínos em Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, esta é a primeira vez que farei uso da tribuna para falar como deputado e gostaria muito de agradecer aos srs. deputados, aos servidores desta Casa, que nos acolheram tão bem, que com certeza nos auxiliarão para podermos realizar um bom mandato nesse período que permaneceremos nesta Casa.

Gostaria de agradecer também ao PPS de Santa Catarina, à sra. presidente Carmem Zanotto, pela força e oportunidade que nos deu para estarmos aqui. Quero agradecer, mais uma vez, ao deputado Altair Guidi, que tem o costume de promover o rodízio nesta Casa, dando oportunidade aos suplentes do nosso partido para poder experimentar um mandato de deputado estadual.

Quero comunicar que ontem, sr. presidente, em Joinville, realizamos uma sessão solene em que

ganhamos mais um cidadão honorário para a nossa cidade.

Trata-se do jogador Ramires, do Chelsea, que tem família constituída em Joinville e começou sua carreira nas bases do Joinville Esporte Clube, de onde saiu. Foi para o Cruzeiro, depois para o Benfica e hoje está jogando no Chelsea, clube no qual foi campeão da *Champions League*. Por ser uma referência e uma liderança para os jovens de Joinville, é que o vereador Juarez Pereira, também do PPS, concedeu essa honraria da cidade, mesmo a um jogador tão jovem. E para ser também, como disse o vereador Maurício Peixer, embaixador da nossa cidade no Brasil e no mundo.

Gostaria de parabenizar também o presidente empossado ontem, da Acij, Mário César Aguiar, que com a renúncia do cargo do então presidente Udo Döhler, assumiu a presidência da associação, da qual estará à frente até 2013, uma das associações mais fortes do estado e do Brasil.

Nesse mesmo ato de posse, o governador Raimundo Colombo assinou a autorização para a readequação do projeto de duplicação da avenida Santos Dumont, uma avenida importantíssima para a cidade de Joinville, que dá acesso ao aeroporto e aos bairros Adventureiro, Jardim Paraíso e Jardim Sofia e a muitas indústrias.

Então, segundo o secretário Valdir Cobalchini, que estava presente na sessão de ontem, essa duplicação da Santos Dumont e da Dona Francisca custará R\$ 60 milhões que, juntamente com os R\$ 40 milhões que já foram para o bairro Vila Nova, somarão mais de R\$ 100 milhões para o município de Joinville, somente este ano, para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

Então, quero mais uma vez parabenizar o governador Raimundo Colombo por essa importante obra para a nossa cidade e, com certeza, essa é somente uma dentre muitas obras que beneficiarão Joinville, através do nosso governador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos seguintes projetos de lei e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0078/2012, 0471/2011 e 0575/2011.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais deputados que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h.

Está encerrada a sessão.